



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
16 DE ABRIL DE 2019

N.º 08/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. _____

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. _____

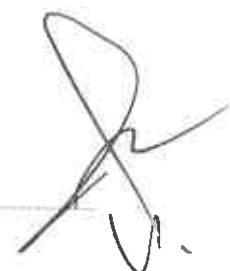
SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. _____

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. _____

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. _____

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. _____

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. _____



Pág.

SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Informações Prestadas ao Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade
Teles 4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas – 2018..... 13
2 – Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e
Plano de Atividades mais Relevantes 2019 – 1.ª Revisão..... 21

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 3 – Manuela Sequeira Passos – Saneamento – Indemnização por Prejuízo..... 22
4 – Venda do Lote n.º 15 da Urbanização da Massa – São João de Lobrigos..... 23

Serviços de Tesouraria

- 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 29 de março a 11 de abril de 2019..... 24

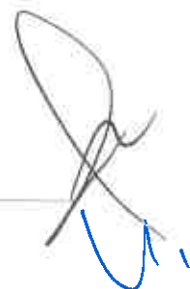
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviço da Educação

- 6 – Bolsas de Estudo do Ano Letivo 2018/2019..... 25

Serviço da Cultura

- 7 – Comissão de Festas em Honra de São Lourenço – Vila Maior – Pedido de
Comparticipação Financeira..... 26

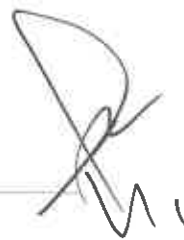


Serviço do Desporto

- 8 – Associação Todo o Terreno – WildPigsTT Lobrigos – “Il Passeio TT WildPigs” – Pedido de Subsídio..... 27

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 9 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 28



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações Prestadas ao Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – Relativamente à declaração apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 16 de janeiro de 2019, sobre a “Falta de Iluminação Pública no Centro da Vila de Santa Marta de Penaguião” o Gabinete de Apoio à Presidência, emitiu a declaração, com o seguinte teor:-----

----- *“Em resposta à declaração apresentada pelo Sr. Vereador Daniel Teles, venho pelo presente informar que ao longo dos últimos meses foram reportados pelos serviços do Município de Santa Marta de Penaguião 50 avarias aos serviços da EDP.”-----*

----- *A avaria existente na rua dos combatentes foi identificada no dia 3 de fevereiro de 2019, tendo sido reparada no dia 6 de fevereiro.”-----*

----- *Os serviços do Município de Santa Marta de Penaguião informa V/ Excelência que tem identificado e reportado aos serviços da EDP todas as avarias na iluminação pública na sede do concelho e de todas as freguesias.”-----*

----- *Face ao exposto aproveita-se também para informar V/ Excelência que os serviços do Município de Santa Marta de Penaguião já tem acordado com a entidade/empresa responsável pela reparação da iluminação pública um plano de trabalhos de forma a que se consiga erradicar os problemas que se têm vindo a verificar em todas as localidades.”-----*

----- *Mais se informa que a intervenção na iluminação é da exclusiva responsabilidade da EDP.” -*

----- 2 – Relativamente ao pedido de esclarecimentos apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 05 de fevereiro de 2019, sobre os pontos adiante mencionados, foi prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, a informação cujo teor a seguir se transcreve: -----

----- i. Falta de iluminação na Rua dos Combatentes -----

----- ii. Perda de competências da Conservatória do Registo Predial -----

----- iii. Encerramento da Estação de correios na sede do Concelho -----



- iv. Limpeza das ruas da Vila Sede do Concelho -----
- *"Em resposta ao requerimento do Senhor Vereador Daniel Teles apresentado na reunião do executivo municipal de 5 de fevereiro de 2019, cumpre: -----*
- *i - Como é do conhecimento do Senhor Vereador Daniel Teles a manutenção da iluminação pública é da exclusiva responsabilidade da EDP. Os serviços municipais identificam as anomalias e participam-nas em plataforma dedicada. Anexa-se a relação dos contactos realizados. -----*
- *ii - Sobre este ponto é determinante e imperioso que o Senhor Vereador Daniel Teles esclareça/comprove a afirmação "Tendo conhecimento da redução de competências da Conservatória do Registo Predial", pois ao município não chegou qualquer informação nesse sentido, depois de contactados os respetivos serviços locais. -----*
- *iii - Sobre este ponto é determinante e imperioso que o Senhor Vereador Daniel Teles esclareça/comprove a afirmação "Estando previsto o encerramento do Posto dos Correios na Vila Sede do concelho", pois ao município não chegou qualquer informação nesse sentido, depois de contactados os respetivos serviços locais. -----*
- *iv - Relativamente à limpeza das ruas da Vila Sede do Concelho, naturalmente serão assegurados pelos trabalhadores do quadro de pessoal do Município, como sempre foi. -----*
- *Por último, sobre os pontos iii e iv, sugerimos ao Senhor Vereador Daniel Teles que tenha o cuidado e a sensatez de confirmar previamente as afirmações que reproduziu na declaração em questão, pois são potenciadores de alarmismos desnecessários e nefastos para o nosso município e suas gentes." -----*
- **3** – Relativamente à declaração apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período "antes da ordem do dia" na reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2019, sobre o "Plano de Melhoria Escolar", foi prestada pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, a informação que a seguir se transcreve: -----
- *"No seguimento da declaração do Senhor Vereador Daniel Teles inserida na reunião do executivo municipal de 19 de fevereiro de 2019 na qual propunha a elaboração de um plano de melhoria escolar, o Senhor Vereador foi convidado a estar presente no Conselho Municipal de Educação onde se discutiram esta e outras questões. -----*
- *Desta forma pergunto: -----*

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 16 de abril de 2019

----- Deseja ainda assim que este pedido de proposta de melhoria seja enviado para o agrupamento de escolas? -----

----- 4 – Relativamente ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 18 de março de 2019, sobre: -----

----- I - Situação dos lotes disponíveis da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Sobre este ponto, os Serviços da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, prestaram a informação traduzida no seguinte quadro: -----

N.º Lote	Designação	Situação em 6 de Novembro de 2018	Situação em 15 de Abril de 2019	obs
2	Plácidos, Lda	Não fez comunicação prévia de obras de construção	Foi notificado em 7.11.2018 e não se pronunciou.	a)
3	Latitudes Amplas	Proc.13/16 – Licenciado em 11/8/2017 - Não Levantou Alvará	Foi notificado em 7.11.2018 e não se pronunciou.	a)
4	Duarte Cardoso Afonso	Proc.14/16 – Licenciado em 11/8/2017 - Não Levantou Alvará	Foi notificado em 7.11.2018, pediu prorrogação do prazo.	a)
5	Olivia Sousa Unipessoal, Lda	Não fez escritura	Não fez escritura	
6	João Turgan Sociedade Vinícola Unipessoal, Lda	Reversão do Lote conforme Deliberação - Ata Reunião Câmara n.º 26 de 5DEZ2017	Escritura de reversão do lote em 4 de Dezembro de 2018	
7	Emcodouro SA	Não fez comunicação prévia de obras de construção	A escritura já esteve marcada para o dia 27 de Dezembro de 2018. Uma vez que não entregaram os documentos necessários para celebração da escritura, a mesma, não se realizou, estando ainda a aguardar os documentos.	
8	Agencia Funerária VilaRealense	Proc.31/16 – Licenciado em 16/5/2017 – Alvará n.º 13/17 de 1/8/2017	Licenciado	
9	A2000	Proc.17/16 – Aprovado em 1/8/2016 – Intensão da Reversão da Posse	Apresentou uma exposição em 20 de Dezembro de 2018 e encontra-se pendente de decisão.	
10	A2000	Proc.17/16 – Aprovado em 1/8/2016 – Intensão da Reversão da Posse	Apresentou uma exposição em 20 de Dezembro de 2018 e encontra-se pendente de decisão.	
11	Amadeu Araújo Unipessoal, Lda	Proc.26/15 – Licenciado em 19/6/2017 – Alvará n.º 17/17 de 30/8/2017	Licenciado	
12	Legendas de Canela, Lda	Reversão do Lote conforme Deliberação - Ata Reunião Câmara n.º 26 de 5Dez2017	Escritura de reversão do lote em 20 de Dezembro de 2017	
13	Construções Américo Carlos	Fez a permuta do lote com MarãoTir, Lda*	Já entregou projeto de arquitetura.	a)
14	José Mesquita, Lda	Proc.45/17 – Aprovado em 26/1/2018 – Alvará de Construção 8/18	Licenciado	
15	Ferrebeiro – Serralharia Civil, Lda	Reversão do Lote conforme Deliberação - Ata Reunião Câmara n.º 26 de 5Dez2017	Escritura de reversão do lote em 19 de Novembro de 2018	
18	Surryler, Lda	Proc.6/17 – Aprovado em 31/3/2017 – Falta entregar Projeto de Especialidades	Foi notificado em 7.11.2018 e não se pronunciou.	
19	Eurico Coutinho, Lda	Não fez escritura	Não fez escritura	
20	José Fernando Nogueira Balsa	Não fez escritura	Não fez escritura	
21	HabiPenaguião – Construções, Lda	Proc.37/16 – Licenciado em 11/5/2017 – Alvará n.º 16/17 de 29/8/2017	Licenciado	
22	MarãoTir, Lda	Fez a permuta do lote com Construções Américo Carlos	Deliberado em reunião da Câmara Municipal, realizada do dia 19 de Fevereiro/19, proceder ao direito de reversão deste lote. Aguarda marcação de escritura	

a) Conforme informação da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana



----- II - Comparticipações do Estado Central, no âmbito das competências: -----

----- Sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, prestou a informação que a seguir se transcreve: -----

----- *"Em resposta ao ponto dois do requerimento do Senhor Vereador Daniel Teles apresentado na reunião do executivo municipal de 18 de Março de 2019, cumpre: -----*

----- *i - Como é do conhecimento dos órgãos municipais, as competências assumidas pelo município de Santa Marta de Penaguião até à data não implicam transferências financeiras da administração central. -----*

----- *ii - As competências que estão em discussão, saúde e educação, implicam naturalmente transferências financeiras que estão neste momento em discussão." -----*

----- III – Ponto de situação relativo ao apoio a habitações degradadas aprovadas em setembro de 2017 (quantas foram até à data intervencionadas e quantas até ao momento foi liquidado o respetivo apoio financeiro). -----

----- O Gabinete de Apoio à Presidência, sobre este ponto emitiu a informação, com o seguinte teor: -----

----- *"Tendo em conta o pedido de informação do Exmo. Sr. Vereador Daniel Teles, relativamente às candidaturas aprovadas no pretérito mês de setembro de 2017 no âmbito da atribuição de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis, cumpre informar que: -----*

----- *i - 48 habitações já foram intervencionadas, das quais 42 foram pagas e 6 estão para pagamento. -----*

----- *ii – Uma habitação está a ser intervencionada." -----*

----- IV - Data da deliberação municipal, em que passou a aplicar-se o RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) a todo o território do concelho de Santa Marta de Penaguião: -----

----- A Chefe de Divisão de Coordenação Técnica Planeamento e Gestão Urbana, sobre este assunto, emitiu a seguinte informação: -----

----- *"Uma das questões mais relevantes no âmbito da gestão urbanística é a de saber se uma determinada edificação é legal ou ilegal, o que assume relevo para efeitos do regime a que aquela*

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 08 de 16 de abril de 2019



edificação fica sujeita: por exemplo, tratando-se de um edifício legalmente existente, pode tirar partido do regime da garantia do existente prevista no artigo 60.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, que permite dispensar, numa sua alteração ou reconstrução, normas de ordenamento entradas em vigor em momento posterior à construção originária, ao contrário do que sucede, em regra, com um edifício ilegal. -----

----- Assim, sempre que um edifício não disponha de licença de construção torna-se relevante determinar se essa ausência significa a ilegalidade do edifício (porque essa licença era necessária e não foi requerida) ou não (porque à data não era necessária a licença). Para o efeito torna-se relevante determinar a partir de que momento passou a ser exigido licenciamento municipal. -----

----- Ora, o RGEU veio exigir, pela primeira vez, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, licenciamento municipal nas “novas edificações ou em quaisquer obras de construção civil, reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de edificações e obras existentes, e bem assim os trabalhos que impliquem alteração da topografia local, dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para as sedes de concelho e para as demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização e expansão”. Fora destas áreas, era exigido licenciamento municipal em todas as edificações de carácter industrial ou de utilização coletiva; nas restantes edificações fora da sede de concelho só seria aplicável o RGEU se houvesse deliberação Municipal nesse sentido (artigo 1.º do RGEU, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44. 258, de 31 de Março de 1962). -----

----- Em seguida, o Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril, procedeu à reforma do licenciamento de obras particulares mas não introduziu nenhuma inovação quanto ao seu âmbito de aplicação relativamente ao RGEU. Efetivamente, de acordo com o artigo 1.º deste diploma, estão sujeitas a licenciamento municipal todas as obras de construção civil, reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de edificações e, bem assim, os trabalhos que impliquem alteração da topografia local, dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para as sedes de concelho e para as demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização e expansão. De acordo com este diploma, estão ainda sujeitas a licenciamento municipal todas as edificações de carácter industrial ou de utilização coletiva, bem como a sua reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição, qualquer que seja a sua localização. Fora destes casos, o licenciamento



só era obrigatório, se tivesse havido deliberação municipal nesse sentido, de acordo com a alínea b) do artigo 1.º daquele diploma. -----

----- De notar que o diploma que veio estender a obrigatoriedade de licenciamento municipal a todas as obras de construção civil, independentemente da sua localização, foi o Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de novembro, que apenas entrou em vigor em 1992 (90 dias após a sua publicação). Os serviços do Município de Santa Marta de Penaguião procederam às buscas de provas no arquivo que corroborem que o licenciamento municipal apenas era exigível para as "novas edificações ou em quaisquer obras de construção civil, reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de edificações e obras existentes, e bem assim os trabalhos que impliquem alteração da topografia local, dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para as sedes de concelho e para as demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização e expansão". -----

----- Neste circunstancialismo encontrou-se uma licença emitida em 1959 para a freguesia de Fontes para Fontes, o que prova que o licenciamento era extensível a todo o concelho, é certo ainda que na ata de 1969, que faz parte integrante da presente informação, já há uma relação de pedidos de licenciamento (o que mais uma vez indicia que essa seria já uma prática) e o documento datado de 1987 prova também que já havia licenciamentos e havia a necessidade de definir alguns aspetos de ordem formal. -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciados, existe fortes indícios que a extensão da obrigatoriedade de licenciamento municipal a todo o concelho, foi a partir da entrada do RGEU em vigor. -----

----- Anoto que, os serviços continuam a diligenciar no sentido de encontrar a deliberação da Assembleia Municipal a estender essa obrigatoriedade do licenciamento municipal a todo o território concelhio." -----

----- V – Limpeza das faixas de proteção primária ou secundária - valor financeiro transferido para o município de Santa Marta de Penaguião em 2018 e se as faixas de proteção primárias das áreas prioritárias se encontram limpas, bem como se o Município irá substituir-se em 2019 a algum privado na limpeza das mesmas: -----

----- Sobre o assunto, a Divisão de Coordenação Técnica Planeamento e Gestão Urbana, emitiu a seguinte informação: -----



----- "I - Pretensão: -----

----- A pretensão tem por objetivo os seguintes pontos relativamente à matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios: -----

----- i - Ponto Cinco do requerimento: Informação sobre o valor financeiro transferido para o município de Santa Marta de Penaguião, relativamente à campanha de limpeza das faixas de proteção, durante o ano de 2018. -----

----- ii - Ponto Seis do Requerimento: Informação sobre a limpeza das faixas de proteção primária das áreas prioritárias, bem como se o município se irá substituir em 2019 a algum privado. -----

----- II - Enquadramento e Análise da Pretensão: -----

----- i - Relativamente ao solicitado pelo Sr. Vereador Daniel Teles, no que concerne ao ponto 1 da presente informação, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- a) O número 9 do artigo 153º da Lei do Orçamento de Estado para 2018, previa que os municípios poderiam aceder a uma linha de crédito para exclusiva aplicação em subvenções reembolsáveis aos municípios para despesas com as redes secundárias de faixas de gestão de combustível. -----

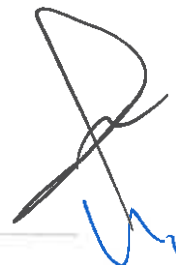
----- b) O município de Santa Marta de Penaguião não recorreu a essa linha de crédito. -----

----- c) Para o efeito, o município de Santa Marta de Penaguião, executou em 2018 um total de 13 ha, dos quais 7 ha tiveram por base um procedimento concursal de Execução de Faixas de Gestão de Combustível na Rede Viária Municipal (EM 1240 entre a localidade de Soutelo (limite do concelho) e Justos (Fontes)), os restantes 6 ha foram executados com recurso a Administração Direta. Foram intervencionadas as redes viárias municipais das freguesias prioritárias (Fontes – 1.ª prioridade e União das Freguesias de Louredo e Fornelos – 2.ª prioridade) (Despacho n.º 1913/2018, de 22 de Fevereiro). -----

----- d) As faixas de gestão de combustível de Edificações Inseridas em Espaços Rurais, foram executadas pelos proprietários o total previsto no PMDF-SMP. -----

----- ii - Relativamente ao ponto 2 da pretensão, sou a informar que o concelho de Santa Marta de Penaguião não tem faixas de gestão de combustível da rede primária. -----

----- a) No que respeita às freguesias prioritárias, nomeadamente Fontes – 1.ª prioridade e União das Freguesias de Louredo e Fornelos – 2.ª prioridade, tal como prevê o Despacho n.º 744/2019, de 17 de Janeiro, as faixas de gestão de combustível da rede viária encontram-se a ser



executadas, nomeadamente a EM Fiolhais-Paradela do Monte, tendo sido já executados 26 000 m², até ao momento. Prevê-se até ao final do mês de Maio a execução das referidas faixas na sua totalidade. -----

---- b) No que concerne à gestão do combustível junto às Edificações e Aglomerados Populacionais, inseridos em espaços rurais, cuja responsabilidade cabe aos proprietários a execução da referida até 31 de Março, o município encontra-se a aguardar o envio de cópia dos Autos levantados pela Guarda Nacional Republicana sobre os incumprimentos, para que o município se sobreponha aos proprietários na execução das referidas faixas, tal como prevê o n.º 3 do artigo 163º da LOE para 2019. -----

---- VI - Realização de simulacro, em localidades junto de áreas prioritárias, relativamente a incêndios florestais: -----

---- Sobre o assunto, os Serviços de Proteção Civil, emitiram a seguinte informação: -----

---- "Relativamente ao solicitado o Serviço Municipal de Proteção Civil informa que ainda não foi realizado nenhum simulacro. -----

---- Contudo, relativamente ao programa "Aldeia Segura, Pessoas Seguras", foram levadas a efeito várias ações: -----

---- i - Ações de sensibilização nas localidades inseridas nas freguesias de primeira e de segunda prioridade realizada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil relativamente à problemática das aldeias seguras e respetivos procedimentos a adotar; -----

---- ii - Sinalização dos lugares de refúgio e de abrigo bem como a sinalética de evacuação para os referidos locais nas localidades; -----

---- iii - Indicação dos Agentes de Segurança Local nas localidades referenciadas e procedimentos a adotar; -----

---- iv - Ações de sensibilização realizadas pelos Serviço Municipal de Proteção Civil e pela GNR relativas à gestão de combustível nos aglomerados considerados prioritários bem como a problemática das queimas em que o Município adotou uma forma facilitadora para a comunicação das mesmas aos serviços o que obriga a uma monitorização diária das mesmas; -----

---- v - Ações de sensibilização porta a porta levada a efeito pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelos bombeiros relativas à gestão de combustível e procedimentos a adotar; -----



---- vi - *Elaboração dos Planos de Emergência e Evacuação das localidades que serão dadas a conhecer durante o meses de maio, junho, julho e agosto a todos os agregados familiares nas localidades de primeira e segunda prioridade.* -----

---- *De referir que é prioritário dotar todos os aglomerados de defesa perimétrica relativa à gestão do combustível, estando neste momento praticamente todos a 100%.* -----

---- *O serviço Municipal de Proteção Civil, não colocou de parte ainda a possibilidade de efetuar um simulacro. Mas, tendo em conta que os aglomerados referenciados, triplicam ou quadruplicam a sua população residente nos meses de julho e agosto, só fará sentido serem efetuados nessa altura para que todos tenham conhecimento dos procedimentos a adotar.* " -----

---- **5** – Relativamente ao assunto apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 02 de abril de 2019, sobre a manutenção de limpeza de caminhos públicos, proteção das vias e sinalização vertical e horizontal, foi prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, a informação que a seguir se transcreve: -----

---- *“Em resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador Daniel Teles, cumpre: -----*

---- *i - Que o Senhor Vereador especifique “abandono generalizado” no sentido de permitir uma resposta objetiva.* -----

---- *ii - Identifique os caminhos públicos em questão.* -----

---- *iii - Identifique e localize a sinalização horizontal e vertical aqui em questão.* -----

---- *iv - Esclareça e relacione as transferências para as “Juntas de Freguesia” com as questões levantadas.* -----

---- *v - Sobre este ponto especifique os “cortes nas transferências”, tendo em conta que o Município cumpre escrupulosamente as transferências definidas e impostas na lei.” -----*



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas – 2018

---- 1 – Presente à reunião informação do Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

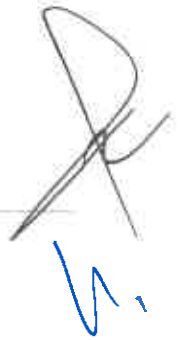
---- “O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2018, refletem a atividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

---- Estes documentos encontram-se elaborados conforme as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.-A/99, de 22 de Fevereiro e a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de Agosto de 2001. -----

---- De acordo com o referido no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018 e que se apresentam são os seguintes: -----

- 1) Balanço
- 2) Demonstração de resultados
- 3) Mapas de execução orçamental:
 - a. Controlo orçamental (receita e despesa)
 - b. Resumo da Execução da Receita e da Despesa
 - c. Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos
 - d. Execução anual do Plano de Atividades Municipal
 - e. Fluxos de Caixa
 - f. Contas de Ordem
 - g. Mapa de Operações de Tesouraria
- 4) Anexos às Demonstrações Financeiras

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 16 de abril de 2019



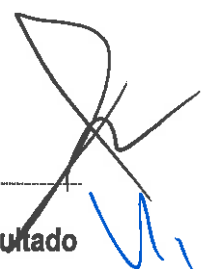
- a. Demonstração dos resultados financeiros
- b. Demonstração dos resultados extraordinários
- c. Ativo Bruto
- d. Amortizações e Provisões
- 5) Modificações do orçamento (despesa)
- 6) Modificações do Plano Plurianual de Investimentos
- 7) Modificações do Plano de Atividades Municipal
- 8) Contratação administrativa – situação dos contratos
- 9) Transferências correntes e de capital (receita e despesa)
- 10) Empréstimos e outras dívidas
- 11) Outros documentos

----- Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 27.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pelas Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, 1/2001, de 4 de Janeiro, 55-B/2004, de 30 de Dezembro, 48/2006, de 29 de Agosto, 35/2007, de 13 de Agosto, 3-B/2010, de 28 de Abril, 61/2011, de 7 de Dezembro, 2/2012, de 6 de Janeiro e 20/2015, de 9 de Março. -----

----- Assim, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à apreciação do Executivo: -----

- a) A aprovação dos **Documentos de Prestação de Contas e Relatório** relativos ao ano financeiro de **2018**, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, em conformidade com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo; -----
- b) A aprovação do resultado líquido do exercício e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL. " -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, o Relatório de Gestão e Documentos**



de Prestação de Contas do ano financeiro de 2018, bem como o resultado líquido do exercício e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, de acordo com a proposta apresentada e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação conforme com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

---- *Declaração de Voto* -----

---- *Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2018* -----

---- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, em relação ao assunto mencionado em epígrafe, após a leitura e análise atenta dos documentos que me foram remetidos, compete-me tecer um conjunto de considerações e conclusões acerca dos mesmos, que passo a enunciar:* -----

---- *A minha apreciação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2018, será de cariz política, pois refletem o resultado da aplicação das políticas levadas a cabo pela maioria socialista, que lidera este Executivo Municipal.* -----

---- *É notória a acumulação de dívidas a terceiros durante o ano de 2018, tendo ascendido praticamente o seu valor a um milhão de euros, no final de dezembro de 2018. Analisando o quadro com as dívidas acumuladas no final de cada exercício desde 2014 até 2018, este ano este valor foi praticamente o dobro de 2017 e o triplo dos anos anteriores. Sendo este Município reconhecido pelos seus congéneres e pela população em geral, como uma Instituição que paga a tempo e horas aos seus fornecedores, esta gestão municipal fica aquém das expectativas nesta matéria.* -----



---- A redução das verbas disponibilizadas às Freguesias para investimentos próprios, é para nós um retrocesso na prossecução da autonomia financeira das Autarquias Locais. Apesar do Município lhes disponibilizar alguns recursos materiais e humanos, sou da opinião, que estas Autarquias devem possuir uma capacidade mínima financeira para levar a cabo programas de ação próprios, ou seja investimentos nas suas freguesias, sem uma constante e permanente dependência da vontade do Município. -----

— Relativamente aos indicadores, nomeadamente o rácio estrutural, regista um agravamento em 2018, na dependência das transferências correntes, ou seja, o Município depende cada vez mais das verbas transferidas do orçamento do Estado. No que diz respeito ao rácio de gestão, a despesa corrente continua a aumentar, e absorve 90% das receitas correntes. Regista-se ainda um agravamento com as despesas com pessoal, sendo de 8% entre 2015 e 2018. Relativamente ao rácio de investimento, em 2018 foi totalmente desastroso, pode mesmo dizer-se que não existiu investimento. Verifica-se que o investimento per capita em 2015 foi de € 535,39; em 2016 esse valor foi de € 155,73, em 2017 o valor foi € 120,11 e finalmente em 2018 de € 57,69. Seguindo esta curva de tendência em 2019 será de pouco mais de € 25,00 (??). -----

---- Continuam a persistir problemas de operacionalidade da gestão, que incidem sobre algumas deficiências no controlo da contagem e cobrança de água, e cujo valor em dívida ao Município de terceiros ascende a cerca de € 180 000,00, o que na minha opinião é um número muito elevado, e não abona a favor de uma gestão eficaz e eficiente; -----

— Também persistem os problemas com a insuficiente informação externa e interna sobre o imobilizado do município, conforme se pode verificar no relatório da revisão oficial das contas; -----

— Na demonstração de resultados do exercício do ano de 2018, verificou-se que o resultado líquido do exercício é novamente negativo e assumiu o



valor mais elevado de sempre, fixando-se em € -2 203 410,00 representando o maior desequilíbrio verificado entre a diferença dos proveitos operacionais e os custos operacionais, tendo mais uma vez quadruplicado desde 2014; -----

---- O turismo e o comércio continuam a ser o parente pobre deste fecho de contas, com valores praticamente residuais; -----

---- Deverá o executivo dar maior atenção à manutenção e conservação dos edifícios públicos municipais, dos espaços públicos de referência em cada núcleo urbano, refletindo uma imagem de asseio e de modernidade - um Governo Local cuidador do património coletivo; -----

---- Deverá ainda o executivo dar maior prioridade aos dois fenómenos "naturais" de origem climática, que mais poderão colocar em risco pessoas, bens e a própria paisagem, são eles os incêndios, e as cada vez mais frequentes precipitações intensas que têm provocado sucessivos problemas nas contenções e na rede viária concelhia. Pelo que reitero que se estude com caráter de urgência a elaboração de uma rede pluvial concelhia eficaz e eficiente, capaz de prevenir futuras catástrofes; -----

---- Por se tratar de um plano de ação, que não mereceu a minha concordância, pelo que as minhas prioridades seriam obviamente diferentes, e atendendo às considerações anteriormente elencadas, fico com muitas dúvidas e reservas quanto à eficácia da sua componente estratégica para o presente e para o futuro próximo, nestas condições e depois de uma ponderação responsável como se exige, voto contra as políticas refletidas nos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Santa Marta de Penaguião, relativas ao ano de 2018, e fico na expectativa aguardando que o próximo seja muito melhor." -----

---- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de abril de 2019. ----

---- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

---- Ass: Daniel Teles." -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os



Senhores Vereadores, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof. Urbanos Salgueiro Vidal, eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- 1. Registrar que relativamente às dívidas a terceiros que transitaram de ano, já foi pago o montante de 492 597,32 euros, ver página 25 dos documentos de prestação de contas, o que representam 51,47%, desse valor.

----- 2. Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício cumpre clarificar e tipificar este instrumento contabilístico, conforme se fundamenta nas "notas à Análise da Demonstração de Resultados" que abaixo inclui na presente declaração. -----

Esclarecemos que para a gestão municipal apresentar um resultado líquido financeiro neutro ou positivo, teríamos de aumentar para o máximo os nossos impostos, aumentar drasticamente as receitas com o fornecimento de água e recolha das águas residuais, ou seja aumentar o preço a cobrar aos consumidores, cortar nos apoios sociais e nas transferências para as instituições e Freguesias. Podemos concluir que este seria o caminho que o PSD seguiria no caso de ser ele a decidir. -----

----- 3. Por último, relativamente às transferências para as freguesias convém esclarecer que o Município é obrigado a transferir anualmente o montante de 67 376,00€, correspondente à Delegação Legal de competências, o que cumpre com rigor absoluto. Contudo, ciente das dificuldades financeiras com que as Freguesias se debatem, aliás, tal como o nosso Município, no ano de 2018 o município fez transferências para as Freguesias no valor de 293 713,54 Euros. Quer isto dizer que transferiu mais 226 337,54€ do que era obrigado por lei. " -----

----- "Notas à Análise da Demonstração de Resultados: -----

----- Conforme referido no Relatório, o Resultado líquido do exercício de 2018 foi de -2 039 584,38€ que é fundamentado pelos resultados operacionais. Estes resultados têm a ver com a atividade municipal e são apurados pela diferença dos proveitos operacionais ("Receita" das vendas e prestação de

serviços, dos impostos e taxas e das transferências e subsídios obtidos) e dos *custos operacionais* ("Despesa" com a **compra mercadorias** (água) e **matérias primas, custos com pessoal** (remunerações, encargos com a saúde, segurança social, seguros, etc), com as **transferências para as freguesias e subsídios concedidos às IPSS, associações culturais e desportivas** e a outras entidades, com outros custos e perdas operacionais e com as **amortizações do imobilizado** (bens imóveis do domínio privado e do domínio público municipal e de bens móveis). -----

Proveitos operacionais	-	Custos operacionais	=	Resultados operacionais
Proveitos financeiros	-	Custos financeiros	=	Resultados financeiros
				Σ Resultados Correntes

6 203 940,02	-	8 631 627,25	=	-2 427 687,23
329 855,22	-	75 485,17	=	254 370,05
Σ				-2 173 317,18

Proveitos e ganhos	-	Custos e perdas	=	Resultado líquido de exercício
7 018 678,84	-	9 222 089,22	=	-2 203 410,38

----- As amortizações do imobilizado do exercício (2 845 329,19€) são as que mais influenciam os resultados operacionais, uma vez que representam cerca de 32,96% do total dos custos, não dependendo da ação de gestão municipal, dado que as mesmas são efetuadas de acordo com as taxas e em função da vida útil dos bens, conforme fixado na lei. -----

----- Como se verifica no quadro seguinte, se excluirmos os custos das amortizações do imobilizado, constata-se que todos os resultados são influenciados, com exceção dos resultados financeiros uma vez estes não "dependem" dos resultados operacionais, passando para valores positivos. -----

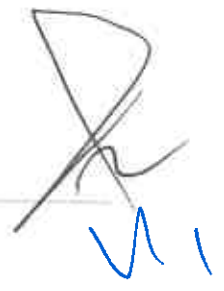


Demonstração de Resultados - 2018		
Resumo:	Incluindo as amortizações	Excluindo as amortizações
Resultados operacionais: (B) - (A);	-2 427 687,23	417 641,96
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);	254 370,05	254 370,05
Resultados correntes: (D) - (C);	-2 173 317,18	672 012,01
Resultado líquido do exercício: (F) - (E).	-2 203 410,38	641 918,81

— Por outro lado, os custos com fornecimentos e serviços externos e as transferências para as freguesias, IPSS e outras entidades representam 31,28%, sendo que os custos com pessoal representam 22,97% do total dos custos. —————

— Comparativamente com 2017, os proveitos em 2018 tiveram um acréscimo de 1,73% (119 530,23€), enquanto os custos, excluindo os de amortizações, tiveram um aumento de 9,49% (552 680,26€). —————

— A diferença dos custos em 2018, relativamente a 2017, justifica-se pelo aumento das transferências (+11,73% = 61 184,95€) efetuadas para outras entidades (freguesias, IPSS e outras), dos custos com pessoal (remunerações: +11,08% = 197 691,30€); encargos sociais: +11,73% = 61 184,95€ e de outros custos operacionais, (aquisição de água para venda, ferramentas, utensílios e materiais de construção, reparação de viaturas, inertes (ex: betuminoso, areia), vestuário e artigos pessoais para o pessoal, material e acessórios elétricos e outros bens não duradouros.”



**Documentos Previsionais da Receita e Despesa,
do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de
Atividades mais Relevantes 2019 – Revisão**

---- 2 – Presente à reunião informação do Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

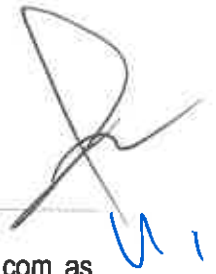
---- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----

---- O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2018, encontra-se evidenciado no mapa de fluxos de caixa, documento que também reflete a execução orçamental. -----

---- Após o apuramento do saldo da gerência anterior, pode ser utilizado como contrapartida do aumento global da despesa, resultando uma revisão orçamental, tal como se encontra estabelecido nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, devendo respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, sendo que a sua utilização se trata de uma boa prática de gestão. -----

---- Por outro lado, a sua não utilização, poderia conduzir num determinado momento do ano económico, que as despesas orçamentais executadas, fossem superiores às receitas orçamentais cobradas. -----

---- Considerando que aquando da elaboração (Setembro/Outubro de 2018) dos documentos previsionais para 2019, era expectável que a constituição da empresa “Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A., estivesse concluída nos finais do mês de Março do corrente ano, razão pela qual foram inscritas nos documentos orçamentais da receita e da despesa, apenas as dotações correspondentes ao período em causa, o que de facto ainda não se verificou, não se podendo, ainda, afirmar com certeza absoluta a data da sua constituição, dado que o processo se encontra pendente do “visto” prévio do Tribunal de Contas. -----



----- Considerando que as respetivas rubricas orçamentais não se encontram dotadas com as importâncias necessárias, para além daquele prazo, importa também proceder à sua inscrição de acordo com a realidade atual, ou seja, que contemplem as verbas a receber pela venda de água e pela prestação de serviços de saneamento aos consumidores e o valor de compra de água para consumo e de tratamento das águas residuais à empresa concessionária (Águas do Norte, S.A.), respetivamente. -----

----- Assim, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL: -----

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 - Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes de 2019, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e submeter à Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

Manuela Sequeira Passos – Saneamento

– Indemnização por Prejuízo

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 16 de abril de 2019

----- "Na sequência da participação feita pela Senhora Manuela Sequeira Passos, residente na Alameda 13 de Janeiro, nº 6, em Santa Marta de Penaguião, dando conta dos prejuízos causados pelo saneamento, uma vez que a caixa de visitas e o coletor estava cheio, tendo provocado inundação no rés-do-chão da sua habitação. -----

----- O sinistro foi participado à Seguradora Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S. A. que após análise de toda a documentação, bem como do relatório de peritagem, verificaram que a ocorrência participada se enquadrava no âmbito material do contrato de seguro titulado pela apólice em causa. -----

----- De acordo com o apuramento dos prejuízos, em sede de peritagem, o mesmo cifra-se no montante de 2.950,00€. -----

----- Considerando que a Seguradora irá liquidar o valor de 2.655,00€ ao lesado, deduzindo o valor da franquia, ou seja, 295,00€, importância que deverá ser o Município a suportar, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento do valor da franquia, ou seja 295,00€ (duzentos e noventa e cinco euros) uma vez que, decorre responsabilidade do Município o pagamento da referida indemnização." -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 503. -----


Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 295,00€ (duzentos e noventa e cinquenta euros) à Senhora Manuela Sequeira Passos, nos termos da informação dos Serviços. -----

Venda do Lote nº 15 da Urbanização da
Massa – São João de Lobrigos

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- "Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião de 6 de Novembro de 2018, no sentido de reversão do lote nº 15, destinado a construção urbana, sito na Urbanização

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 16 de abril de 2019



da Massa – S. João de Lobrigos, foi celebrada a escritura de reversão no passado dia 14 de Novembro, a favor do Município. -----

---- O referido lote tem a área de 104m², sendo o valor de 25,00€/m² o que perfaz um valor total de 2.600,00€. -----

---- De acordo com o respetivo Regulamento a alienação dos lotes é feita por concurso público podendo candidatar-se ao mesmo quem estiver nas seguintes condições, por ordem de prioridade:

- a) Não possuir casa própria ou terreno apto à construção; -----
- b) Ser residente em S. João de Lobrigos há mais de 6 meses; -----
- c) Ser residente em qualquer freguesia do Concelho há mais de 6 meses. -----

---- Considerando que existem nesta data interessados na aquisição do referido lote, leva-se o assunto ao conhecimento de V. Ex^a, sugerindo-se que o mesmo seja presente à reunião da Câmara Municipal a fim de esta deliberar proceder à venda do referido lote, por concurso público.”

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público para a alienação do Lote n.º 15, sito na Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos, em conformidade com o disposto no “Regulamento de Venda dos Lotes de Terreno da Urbanização da Massa em São João de Lobrigos”, pelo valor de 2.600,00€ (dois mil e seiscientos euros).** -----

Serviços Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 29 de
março a 11 de abril de 2019**

---- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 29 de março a 11 de abril de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 16 de abril de 2019



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	11/04/2019
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais	1 772 782,66
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	1 501 845,27
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	270 937,39
Receitas Orçamentais		1 794 325,92	Operações de tesouraria	121 232,09
Correntes	1 613 920,92		Saldo para o dia seguinte:	163 001,76
Capital	180 405,00		Execução orçamental	82 244,01
Operações de tesouraria		101 650,10	Operações de tesouraria	80 757,75
Total		2 057 016,51	Total	2 057 016,51

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

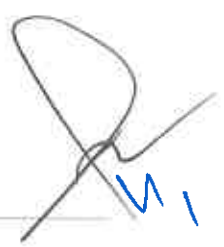
**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**
Serviço da Educação

Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2018/2019

----- 6 – Presente à reunião informação dos Serviços da Educação, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, republicado a 12 de dezembro de 2016, foi deliberado em reunião de câmara no passado dia 02 de abril, homologar o relatório final das bolsas de estudo, bem como a respetiva lista de ordenação dos candidatos. -----

----- Tendo em conta que o candidato Gonçalo Cardoso Ferreira Alves, constava da referida lista com a indicação de “*Terminado o ano letivo apenas em fevereiro/março, só posteriormente será possível aferir do aproveitamento escolar do candidato*”. -----



----- Tendo em conta que, deu entrada no dia 8 do corrente mês nos nossos serviços municipais, o documento válido da universidade referente ao aluno supracitado, onde é possível aferir o seu aproveitamento escolar no ano letivo 2018/2019. -----

----- Submete-se à consideração do Executivo Municipal que delibere a atribuição da bolsa de estudo ao aluno em causa no valor de 500€. -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 511. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a atribuição da Bolsa de Estudo referente ao ano letivo 2018/2019, ao aluno Gonçalo Cardoso Ferreira Alves e proceder ao pagamento da referida bolsa.** -----

Serviço da Cultura

Comissão de Festas em Honra de São Lourenço

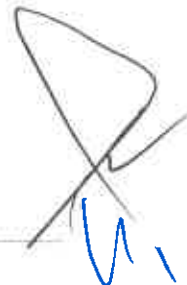
- Vila Maior - Pedido de Comparticipação Financeira

----- 7 - Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra de São Lourenço, registado sob o n.º 874 de 1 do corrente mês de abril, com o seguinte teor: -----

----- “No âmbito da Celebração das Festividades em Honra ao Nosso Padroeiro, Divino São Lourenço vimos por este meio solicitar a sua estimada colaboração, para que a autarquia à qual sua Ex.^a preside, possa disponibilizar o apoio financeiro para as Nossas Festividades, conforme é recorrente através da atribuição do subsídio anual para a realização das mesmas.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 502. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).** -----



Serviço do Desporto

Associação Todo o Terreno – WildPigsTT Lobrigos

– “II Passeio TT WildPigs” – Pedido de Subsídio

----- 8 – Presente à reunião ofício da Associação Todo o Terreno – WildPigsTT Lobrigos, registado sob o n.º 873, de 1 do corrente mês de abril, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação Todo-Terreno WildPigs, localizada em Lobrigos, é uma entidade sem fins lucrativos. Atualmente esta associação tem 49 associados e há 2 anos que atua na área da realização e promoção de passeios todo-terreno. Neste âmbito vimos solicitar a V. Ex.ª a contribuição, para o próximo evento que se irá realizar no dia 14 de abril de 2019 com a estimativa de 300 participante. -----

----- Desde já, agradecemos toda a disponibilidade, salientando que será uma mais-valia, para a divulgação do nosso concelho uma vez que costumamos ter participantes oriundos de outros concelhos e até de outros países, contribuindo, para o sucesso do nosso trabalho bem como para divulgação do nosso concelho. -----

----- Agradecemos o vosso apoio monetário bem como o apoio logístico concedido no ano passado. -----

----- Sabedores que este nosso pedido merecerá da vossa parte a sua melhor atenção, despedimo-nos com os melhores cumprimentos.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 489. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

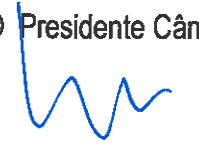
----- 9 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 12:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)